

A INVOLUÇÃO METROPOLITANA: A REGIÃO CRESCE MAIS QUE A METRÓPOLE *

Hilton Santos**

INTRODUÇÃO:

Durante muito tempo e à luz de teorias espaciais consagradas (pólos de desenvolvimento, lugares centrais, "rank-size rule", pólo periferia) as grandes cidades eram consideradas os lugares de crescimento, enquanto o resto do país teria dificuldades para decolar. Hoje, porém, apreciando a evolução de numerosos indicadores econômicos e sociais das diversas áreas metropolitanas brasileiras, em relação ao que se passa com o resto do país tomado como um todo e, particularmente, em confronto com aquelas regiões do interior que, agora, conhecem um processo de modernização, consideramo-nos autorizados a propôr a idéia segundo a qual a situação atual dessas grandes cidades pode ser legitimamente adjetivada como de "involução metropolitana". Esta seria um resultados da difusão no território daquilo a que chamamos de meio científico-técnico (M.Santos, *Metamorfoses do Espaço Habitado*, Hucitec, São Paulo, 1987), por sua vez consequência da difusão à escala mundial das variáveis que caracterizam o presente período histórico.

Em outro contexto, observação semelhante será feita, também, por John Redwood III (1984, p.53), quando escreve que "as cidades secundárias, incluindo vários centros regionais metropolitanos, são, na atualidade, mais dinâmicas, em termos tanto

* Comunicação ao seminário "Metropolização e Rede Urbana: Perspectivas do anos 90" ANPUR, IPPUR, UFRJ, Rio de Janeiro, 4 e 5 de setembro de 1990, este trabalho é parte de programas de pesquisas apoiados pela FAPESP e pelo CNPq.

**Professor titular de Geografia Humana da Universidade de São Paulo.

geográficos quanto econômicos, que as maiores aglomerações urbanas do Brasil

A METRÓPOLE CRESCE MENOS QUE O PAÍS COMO UM TODO.

Apesar de indiscutível proeminência na produção industrial e de serviços no país, a Região Metropolitana de São Paulo vê baixar a importância relativa de sua participação na formação do PIB nacional, como se pode vêr pela tabela abaixo.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto a preços de mercado (em cruzados/1986)

	Produto Interno Bruto		PIB por habitante	
	A 1980	B 1987	C 1980	D 1987
E	1.252.173,84	3.687.473,15	10.522,23	26.859,40
F	477.818,85	1.342.576,10	19.081,60	44.839,87
G	288.800,49	703.515,72	22.782,33	45.247,56

(E=Brasil, F=Estado de São Paulo, G=Grande São Paulo).

Fonte: Emplasa, 1987

Comparando os dados de 1980 e de 1987, constatam-se dois fatos: tanto em referência ao total do PIB, quanto ao PIB "per capita", caem a participação do Estado de São Paulo em relação ao país como um todo e diminui a parte da Grande São Paulo, relativamente ao respectivo Estado e em relação ao país, como os índices abaixo, calculados por nós, bem indicam:

	B:A	D:C
Brasil	2,94	2,55
Est.SP	2,80	2,34
Grande SP	2,43	1,98

Pode-se pensar que a tendência vem de mais longe. Tomando-se o índice 100 para a renda interna por habitante em 1970, tanto para o Brasil, como para o Estado de São Paulo e a Grande São Paulo, os índices correspondentes a 1982 eram, respectivamente, 176, 153 e 123. São Paulo não deia de crescer. Mas outras áreas do Estado de São Paulo e o país como todo crescem mais.

A renda interna da Grande São Paulo, considerada em relação à do Brasil, baia de 25,46% em 1970 para 22,15% em 1982. Como vemos, a tendência vem de longe. Comparados o Brasil, o Estado de São Paulo e a respectiva Região Metropolitana, todos com um índice 100 em 1970, as perdas, entre 1970 e 1982, foram maiores para a Grande São Paulo do que para o Estado de São Paulo, em relação ao país tomado como um todo. O mesmo se dá quando levamos em conta a renda interna por habitante.

Tabela 2 Renda Interna por habitante (em Cr.1982)

	Brasil	Est.SP.	Grande SP.
1970	201.419	408.121	586.492
1980	380.219	685.239	820.848
1981	360.235	642.940	740.165
1982	353.648	625.085	723.174

Tabela 3 Renda Interna 1970-1982 (em números índices)

	Brasil	Est.SP.	Grande SP.
1970	100	100	100
1975	171	163	157
1980	241	236	217
1981	234	229	204
1982	236	226	199

Tabela 4 Renda Interna por habitante 1970-1982 (em números índices)

1970	100	100	100
1975	152	138	126
1980	189	168	140
1981	179	158	126
1982	176	153	123

Não faz mal repetir, com o auxílio de nova demonstração estatística, que a renda interna do Estado de São Paulo conhece uma redução relativa entre 1970 e 1982, comparada com a do Brasil como um todo; essa baixa, porém, é menor que a da Grande São Paulo, também comparada como o país.

Tabela 5 Participação percentual na Renda Interna do Brasil

	Est.SP	Grande SP
1970	38,74	25,46
1972	38,61	24,97
1974	37,79	24,06
1976	36,81	23,05
1978	37,39	23,06
1980	37,83	22,84
1982	37,88	22,15

Comparando-se os dados referentes ao Produto Interno Bruto "per capita", em 1980 e 1985, para o Brasil, o Estado de São Paulo e a Grande São Paulo, há, para todas as escalas, uma baixa dos valores, mas ela é muito mais acentuada na aglomeração paulistana.

Tabela 6 P.I.B. por habitante (em cruzados de 1985)

	1980	1985
Brasil	10.522,23	10.245,50
Est.SP	19.081,60	17.994,50
Grande SP	22.782,33	17.953,00

Fonte: Implasa/DDU/SIP/CCA, citao em Ana Fani A.Carlos, 1986, p.178.

A Região Metropolitana de São Paulo tem, ainda, uma considerável participação no valor da transformação industrial do Brasil, mas desde os anos 70, vem conhecendo uma diminuição substancial dos seus índices percentuais.

1959	41,0%
1970	43,5%
1975	38,8%
1980	33,6%

(Gazeta Mercantil)

O CRESCIMENTO REGIONAL TENDE A SER MENOR NAS METRÓPOLES

De 1980 para cá, a participação do Interior na formação da riqueza do Estado de São Paulo não para de crescer, enquanto a participação da Grande São Paulo está em baixa.

	1980	1985	1988
Interior	39,8%	47,6%	59,4%
Grande São Paulo	60,2%	52,4%	40,6%

A cidade de São Paulo, tomada isoladamente, era responsável por 45,5% da riqueza produzida no Estado (valor adicionado na produção), em 1970, percentual que baía para 26,23% em 1988. Neste último ano, a Grande São Paulo fica com 49,6% do total, ultrapassada pelo Interior, a quem já cabem 50,4% (Shopping News, 06.05.1990). Levando-se em conta a evolução do valor adicionado segundo o tamanho urbano, ela somente é positiva nas cidades até 50 mil habitantes, com um índice de 2% enquanto essa taxa era negativa nas aglomerações maiores: 2% nas cidades entre 50 e 250 mil, de -11% nas entre 250 e 1 milhão e de 21,3 nas aglomerações milionárias (O Estado de São Paulo, 28.01.90).

Aliás, a participação da Região Metropolitana de São Paulo na renda interna do Estado já vinha se reduzindo desde antes. No decênio 1970-1980, a baía é de 65,3% para 60,0% (SEADE, 1983). Segundo cálculos de Philip Gunn, essa participação teria sido de 65,72% em 1970 e de 58,45% em 1982. O interior do Estado estaria crescendo mais do que a área metropolitana. Aliás, a sua renda média, que representava 13% da renda nacional em 1970, alcança os 16% em 1982.

A participação da Região Metropolitana de São Paulo no valor da transformação industrial do Estado de São Paulo também conhece um decréscimo desde 1970, enquanto se eleva o correspondente ao Interior. Dentro da própria Grande São Paulo, as perdas maiores se dão no Município de São Paulo.

Tabela 7 Distribuição percentual do valor da transformação industrial no Estado de São Paulo.

	1970	1975	1980
Grande SP	74,7	69,4	62,9
Capital	48,2	44,0	34,8
Demais municípios	26,5	25,4	28,1
Interior	25,3	30,6	37,1

O interior do Estado de São Paulo também vê aumentada sua participação no valor da transformação industrial do Brasil como um todo, passando de 14,6% em 1959, para 14,7% em 1960, 17,19% em 1970 e 19,8% em 1980. Se levarmos em conta ramos específicos, vemos que, na produção nacional do setor químico, a parte do Interior de São Paulo passa de 18,5% em 1970 a 32,7% em 1980. No caso das indústrias mecânicas, o salto é de 14,1% pra 24,2% no mesmo período. Em outras áreas o incremento é igualmente significativo:

	1970	1980
material de transporte	9,2%	14,0%
material elétrico e de comunicação	5,5%	14,0%

Fonte (Gazeta Mercantil).

O valor da transformação industrial cresce mais rapidamente no Interior que na Região Metropolitana.

Tabela 8 Taxa de crescimento geométrico anual do valor da transformação industrial

	1970-75	1975-80
Grande São Paulo	14,1%	5,1%
Região de Campinas	28,7%	7,4%
Região Vale do Paraíba	22,1%	12,8%
Região de Sorocaba	16,8%	18,1%
Região de Jundiá	17,9%	9,0%
Região Baixada Santista	11,9%	16,9%

Fonte (Gunn)

Em seu seminal artigo de 1984 ("Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios", Espaço e Debates n.13, Fany Davidovich descreve a situação nas áreas mais próximas à Grande São Paulo.

Um estudo recente de Carlos Roberto Azzoni, do qual só tivemos acesso a um resumo ("rentabilidade da indústria no interior de São Paulo", Folha de São Paulo 21.03.1989) mostra como, paralelamente ao fenômeno de redistribuição da atividade industrial no território paulista, levando para o interior do Estado um número crescente de indústrias, dá-se uma maior produtividade de mão de obra e também uma maior rentabilidade em muitas das regiões interioranas consideradas em relação à Região Metropolitana de São Paulo. Levada em conta a produtividade da mão de obra (valor adicionado por empregado) a partir dos resultados do Censo Industrial de 1980, regiões como as de Campinas, Vale do Paraíba, Bauru etc mostram índices superiores aos da Grande São Paulo. Quanto à rentabilidade (valor adicionado menos gastos com mão de obra) essas mesmas regiões, e mais a de São José dos Campos e Taubaté, a de Ribeirão Preto e outros, apresentam níveis superiores.

Entre 1980 e 1988, o faturamento das empresas tributadas pelo ICMS conhece evolução

diferente, na Região Metropolitana e no resto do Estado de São Paulo. Segundo dados do SEADE (Folha de S.Paulo 02.01.1990), esta se deve substancialmente à área metropolitana onde o faturamento caiu de 30,7%, enquanto no Interior dá-se um crescimento de 5,7%.

O consumo de energia cresce mais depressa nas cidades menores e as respectivas taas de crescimento são maiores na indústria que no comércio.

Evolução do consumo de energia elétrica entre 1980 e 1987 (em %)

Cidades segundo tamanho	na indústria		no comércio	
até 50 mil	67,41		53,28	
de 50 mil a 250 mil	47,77		56,15	
de 250 mil a 1 milhão	30,39		45,66	
mais de 1 milhão	24,32		40,78	

Fonte: (Perfil do Municípios Paulista, Fundação SEADE, 1989, Folha de São Paulo, 02.01.1990 e o Estado de São Paulo, 28.01.1990)

Quanto às novas ligações de energia elétrica na indústria, elas aumentam de 57% nas cidades com menos de 50 mil habitantes, de 48% naquelas entre 50 mil e 1 milhão e de 18% nas em que a população supera um milhão. A Grande São Paulo contava com 57,37% do total de ligações elétricas industriais em 1978, elas são 54,94% em 1983.

Outros dados são relevantes para a compreensão da situação, como, por exemplo, os seguintes indicadores escolhidos da evolução recente na Grande São Paulo e no Interior do Estado de São Paulo.

(% relativo à Grande São Paulo)

	1978	1982	1983
Lig.elétricas res.	52,55	50,86	50,77
lig.elétricas ind.	57,37	54,59	54,94
Novas empresas	64,18	62,73
Arrecadação ICM	64,98	62,93	61,87
Valor adic.	61,25	57,47	53,96

Há claramente, uma nova divisão territorial do trabalho no país. O fenômeno é também sensível na própria área mais desenvolvida do Brasil, privilegiando certas regiões. E o caso da Região de Campinas, cuja evolução industrial recente pode ser comparada com a da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. No período 1960-1980, o número de estabelecimentos industriais cresce de 158,1% no Grande Rio e de 194,9% na Região de Campinas, enquanto o pessoal ocupado aumenta, respectivamente, 165,2% e 453,2%. Quanto ao valor da produção, o da Região de Campinas representava 26,3% do Grande Rio em 1960 e 52,7% em 1970, mas em 1980 alcança 104,1%, ultrapassando o obtido na antiga Capital Federal.

Tabela 10 A indústria no Rio de Janeiro e na região administrativa de Campinas no período de 1960-1980. (fonte:Censo IBGE).

Ano	Área	N.de Estabel.	Pessoal Ocupado	Valor da Produção
1960	Est.RJ	11.487	332.693	91.323.613
	Grande Rio	6.944	222.878	139.986.488
	Campinas	5.116	74.997	36.856.012 (26,3% x Gde Rio)
1970	Est.RJ	14.539	410.978	20.696.601
	(Cresc.dec.60)	(126,6%)	(123,5%)	
	Grande Rio	8.414	275.273	13.087.361
	(Cresc.dec.60)	(121,2%)	(123,5%)	
Campinas		7.815	135.466	6.898.456
	(Cresc.dec.60)	(152,8%)	(180,6%)	(52,7% x Gde RJ)
1980	Est.RJ	15.116	480.286	1.020.748.093
	(Cresc.dec.70)	(104%)	(116,9%)	
	Grande Rio	10.977	368.268	745.261.620
	(Cresc.dec.70)	(130,5%)	(133,8%)	
Campinas		9.969	339.865	775.925.000
	(Cresc.dec.70)	(127,5%)	(250,9%)	(104,1% x Gde Rio)

Fonte: Censos do IBGE

A EXPANSÃO DO EMPREGO NA CAPITAL E NO INTERIOR

Levando-se em conta os cinco últimos momentos censitários (1940, 1950, 1960, 1970 e 1980) a proporção do emprego secundário que cabe à Região Metropolitana (comparada com o Estado de São Paulo) conhece uma expansão até 1970, caindo ligeiramente em 1980. Quanto ao emprego terciário, dá-se o mesmo fenômeno, mas a parte correspondente à área metropolitana cresce ainda mais depressa até 1960 e menos entre 1960 e 1970, observando a partir daí a mesma tendência de queda.

Tabela 11 Repartição percentual do emprego

1940			1950		
Metrópole	Interior		Metrópole	Interior	
60,66	39,34	S.Secund.	62,66	37,34	
42,89	57,11	S.Terc.	48,92	51,08	

1960			1970		
Metrópole	Interior		Metrópole	Interior	
62,31	37,39	S.Secund.	64,68	35,32	
54,40	45,60	S.Terc.	56,21	43,79	

1980		
Metrópole	Interior	
60,66	39,34	S.Secund.
56,06	43,94	S.Terc.

Fonte: B.Negri et.al. 1988, p.74-75

O interior se terciariza, graças à modernização agrícola e ao alto teor de emprego intelectual necessário, tanto para a produção como para a regulação da atividade produtiva, ampliando-se a necessidade de emprego ligado à esfera da circulação, tanto nas atividades agrícolas como fabris.

Quando consideramos o incremento intercensal do número de empregos no setor secundário e terciário, vemos que a variação do primeiro, maior na Metrópole até 1970, torna-se relativamente mais importante no Interior entre 1970 e 1980. Quanto ao emprego terciário a tendência é a mesma. Mas o recente crescimento dos postos de trabalho no setor secundário é bem mais significativo que no terciário, embora os números absolutos correspondentes a este último sejam ligeiramente mais significativos. O emprego terciário no Interior representava 45,75% do respectivo setor no Estado em 1970 e vê sua participação reduzida para 45,06% em 1980. Quanto ao emprego no setor secundário, dá-se o inverso, com o Interior evoluindo de 35,32% para 39,34%, no mesmo período.

Tabela 12 Variação intercensal do número de empregos (em %)

	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
S.Secundário				
Região Metr.ana	93,20	30,70	97,50	87,20
Interior	77,50	32,70	78,30	121,70
S.Terciário				
Região Metr.	101,10	95,00	59,40	64,80
Interior	57,70	56,50	48,10	65,60

Fonte: (B.Negri et.al., 1988, pp.74-75).

Tabela 13 Repartição do emprego no Interior do Estado de São Paulo

	Setor Secundário	Setor Terciário
1940	8,28	18,05
1950	12,94	25,06
1960	14,63	33,42
1970	21,51	40,83
1980	31,90	49,46

O emprego cresceu cerca de 9,8% em todo o Estado, entre 1980 e 1988, segundo dados do Ministério do Trabalho. Mas a evolução no Interior (14,2%) terá sido maior que na Capital (7,2%) (Shopping News, 06.05.1990).

Segundo um estudo da Federação das Indústrias de São Paulo, o Interior do Estado contava com 35,70% da mão-de-obra industrial do Estado em 1980 e em 1988 seus 2.100.000 empregados industriais constituem 38% dos trabalhadores de fábricas (Folha de São Paulo 27.11.89).

O movimento que conduz a uma evolução mais rápida do emprego nos setores secundário e terciário no Interior de São Paulo é, pois, relativamente recente, coincidindo com as grandes transformações que

afetam o espaço e a sociedade, com a expansão paralela da modernidade contemporânea e do meio técnico-científico no Estado de São Paulo.

Entre 1960 e 1970, a força de trabalho aumenta mais depressa na Grande São Paulo do que no Estado de São Paulo tomado como um todo, passando de 39,9% do total em 1960 a 48,4% em 1970.

	Estado de SP	Grande SP
1960	4.517.598	1.803.921
1970	6.372.842	3.081.957
Acréscimo 1960-1970	1.855.244	1.278.036

De fato, mais de dois terços dos novos empregos criados no Estado de São Paulo, o foram na Grande São Paulo, no decênio 1960-1970. Considerado, apenas, o setor secundário, os resultados são os seguintes:

	Estado de SP	Grande SP	Outras do Estado
1960	1.053.310	656.261	397.049
1970	2.003.684	1.295.802	707.882
1970-60	950.374	639.541	310.833

Desse modo, a força de trabalho industrial cresce mais na Grande São Paulo do que no Estado de São Paulo tomado como um todo. Mais de dois terços dos novos empregos industriais no Estado de São Paulo terão sido criados na Região Metropolitana de São Paulo.

Quanto ao setor terciário, a situação é a seguinte:

	Estado de SP	Grande SP	Outras regiões do Estado
1960	1.988.552	1.081.587	909.965
1970	3.067.328	1.723.886	1.343.442
1970-60	1.078.776	642.299	436.477

A força de trabalho empregada nos serviços aumenta mais em números absolutos que a força de trabalho industrial, mais ainda em números relativos. Ela cresce relativamente mais depressa na Grande São Paulo que no Estado de São Paulo tomado como um todo. A parcela dos novos empregos terciários criados no Estado de São Paulo e que cabem à Grande São Paulo, alcançado perto de 60% (e não dois terços como no caso do emprego industrial) é menor que a dos novos empregos industriais.

Pode-se daí depreender que, em relação ao Estado de São Paulo, o emprego terciário da Grande São Paulo considerado globalmente cresce menos depressa que o emprego secundário examinado segundo os mesmos parâmetros. Enquanto o crescimento do emprego terciário no Interior seria mais expressivo.

	Grande SP	Interior	Estado de SP
Terciário	+ 60%	+ 48%	50%
Secundário	+ 100%	+ 45%	+ de 90%

O decênio 1970-1980 mostra uma outra situação, que se poderia identificar como a chegada de uma nova tendência. A participação do Interior no emprego secundário, que marcava uma evolução negativa deste 1940, conhece um incremento importante, quando passa de 35,32% em 1970 para 39,4% em 1980. Quanto ao emprego terciário, os ganhos são relativamente pequenos, passando de 43,79% do total do Estado em 1970 para 43,94% em 1980. Os dois índices são, todavia, coerentes. Há, de um lado, marcada desconcentração industrial, a partir dos anos 70, garantindo ao Interior uma posição melhor neste setor, mesmo que muitas das fábricas instaladas descentralizadamente, sendo tecnologicamente mais avançadas, ofereçam menores índices de emprego. Houve, igualmente, neste período, acentuada modernização agrícola. Esses dois movimentos de modernização afetam o terciário geograficamente próximo, impondo-lhe alterações quantitativas e qualitativamente importantes. Nesse sentido, há descentralização em relação à Capital e à região metropolitana, de

empregos de qualidade. No entanto, essa descentralização é maior no setor industrial. No período técnico-científico atual, os setores terciários de comando tendem a se concentrar geograficamente ainda mais, beneficiando, ao menos no primeiro momento, as localidades onde o potencial em matéria cinzenta é mais diversificado e maior, esses lugares sendo, também, atrativos para os pobres, por diferentes razões. Modernidade e pobreza, participação plena e não participação ou participação mínimo processo da modernização contemporânea são responsáveis, nas duas pontas, pela expansão do terciário. O exame dos dados relativos à evolução do emprego nesse setor, no Interior e na Região Metropolitana de São Paulo, deve levar em conta essas condições concretas. Desse modo, o fato de que o emprego terciário dê sinais de expansão no Interior 43,79% em 1970 e 43,94% em 1980, em relação ao Estado de São Paulo como um todo e que o emprego nos serviços tenha crescido um pouco mais no Interior (65,60%) nesse período, pode ser saudado como uma evolução positiva apenas indicativa de uma situação que se deve mostrar muito mais favorável no próximo recenseamento.

Tabela 14 Mudanças na Composição setorial do emprego na metrópole e no Interior.

	1940	1950	1960	1970	1980
Setor Secundário					
Metrópole					
	259.898	502.133	656.267	1.295.886	2.425.403
	60,66%	62,66%	62,31%	64,68%	60,66%
Interior					
	168.580	299.192	397.043	707.748	1.530.039
	39,34%	37,34%	37,69%	35,32%	39,34%
Setor Terciário					
Metrópole					
	275.892	554.798	1.081.720	1.724.012	2.838.033
	42,89%	48,92%	54,40%	56,12%	56,06%
Interior					
	367.357	579.357	906.832	1.343.316	2.224.514
	57,11%	51,08%	45,60%	43,79%	43,94%

Tabela 15 Incremento Intercensal do número de empregos nos setores secundário e terciário, na Região Metropolitana e no Interior do Estado de São Paulo.

Setor Secundário	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
Região Metropolitana (variação)	242.235 93,20%	154.134 30,70%	639.619 97,50%	1.129.601 87,20%
Interior (variação)	130.612 77,50%	97.851 32,70%	310.755 78,30%	823.241 116,32%
Setor Terciário				
Região Metropolitana (variação)	278.906 101,10%	526.922 95 %	642.292 59,40%	1.114.147 64,60%
Interior (variação)	212.000 57,70%	327.475 56,50%	436.484 48,10%	881.072 65,60%

Fonte: Adaptados de Negri, Barjas; Flora Gonçalves, Maria; Cano, Wilson, A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo. (1920-1980). São Paulo: Fundação SEADE, 1988-p.74-5.

Tabela 16 Estado de São Paulo 1940-1980

Distribuição setorial de PEA urbana na metrópole e no Interior 1940-1980	1940		1960		1980	
	Metrópole: PEA urbana	535.790	91.0	1.737.987	96.3	5.263.463
S.Secundário	259.898	44.0	656.267	36.4	2.425.403	45.7
S.Terciário	275.892	46.9	1.081.720	59.9	2.838.033	53.5
Interior: PEA urbana	535.937	26.4	1.303.875	48.3	3.754.533	81.4
S.Secundário	168.580	8.3	397.043	14.6	1.530.039	31.9
S.Terciário	367.357	18.1	906.832	33.4	2.224.514	49.5

Fonte: Gonçalves, M.F. e Semeghini, U.C. editora data, pg.17

Tomando-se números recentes, relativos a um sub-setor do terciário tão sensível quanto é a administração pública, verifica-se, des 1980, uma aceleração na oferta de empregos observada no Interior, em relação ao Estado como um todo (e evidentemente, muito mais em relação à Região Metropolitana. Tomando-se o índice 100 para 1980, a oferta desses empregos em 1988 era de 129,52 na Grande São Paulo e de 166,25 no Interior.

Tabela 17 Oferta de empregos na Administração Pública (em milhares).

	1980	1984	1988
Grande SP	582.9	630.2	755.0
Interior	161.5	194.2	268.5
Estado de SP	744.4	824.4	1.023.4

GANHA-SE MAIS NO CAMPO?

Outros dados permitem, também, discutir a tese da involução metropolitana, como a tendência que começa a se afirmar, nas áreas onde o capitalismo amadurece, à reversão do leque salarial, as ocupações urbanas podendo ser menos bem remuneradas que as do campo. Vejamos um caso concreto. Pelo menos entre os que ganham pouco, isto é, pelo menos de 2 salários mínimos, o percentual relativo a essa classe de renda no computo total dos ativos é, no Estado do Paraná, menor na atividade agrícola que na prestação de serviços ou, mesmo, no comércio de mercadorias, com índices, respectivamente, de 44,26%, 76,57% e 49,57%. É fato que, levando-se em conta exclusivamente os que têm rendimento inferior a um salário mínimo, a parcela relativa é menor no comércio de mercadorias e muitíssimo maior no setor de prestação de serviços. E considerando apenas os que percebem entre 1 e 2 salários mínimos a atividade agrícola (16,93%) se coloca em situação de inferioridade relativa frente à prestação de serviços (20,32%) e o comércio de mercadorias (31,09%).

Tabela 18 Paraná 1983

Ramos de atividade	Total	-de 1 SM	de 1 a 2SM	-de 2 SM
Agrícola	1.515.780	414.309 27.33%	256.718 16.93%	671.027 44.26%
Prest.de Serviços	436.975	245.803 56.25%	88.794 20.32%	334.597 76.57%
Comércio de Mercad.	328.806	60.789 18.48%	102.246 31.09%	163.035 49.57%

No Estado da Bahia, parece que se está verificando fato semelhante. Na Capital, a renda de migrantes que vivem no bairro do Nordeste da Amaralina

era menos favorável que entre pessoas ocupadas na agricultura numa zona de emigração, isto é, na Região de Cruz das Almas. A desvantagem tanto se dá quanto aos baixos rendimentos quanto no que se refere às rendas mais altas.

Tabela 19

(*) Cruz das Almas	Nordeste de Amaralina (Salvador)	Fumo (*)	Mandioca (*)	Citros (*)
Até 500 grms	29%	16%	22%	8%
+ de 2000 grms	8%	4%	5%	49%

Fonte: Saint e William Goldsmith, "Sistemas de Lavouras", Mudança e migração rural-urbana no Brasil", estudos CEBRAP 25, pp.135-164, p.156).

Pode-se imaginar que nos defrontamos com uma tendência, que não seria única ao Brasil e suas áreas mais desenvolvidas, mais se reproduziria em outros países? Quanto à América Latina, um estudo de Victor E. Tokman (Estratégia de Desarrollo y Empleo en Los años Ochenta, 1981) mostra dois fenômenos (tabela 4, p.143). Em primeiro lugar, comparada a curva dos salários mínimos urbanos e dos salários agrícolas em diversos países, como a Argentina, Brasil, Colombia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguay, Peur e Uruguay.

Em segundo lugar, a comparação entre salários agrícolas e salários na construção também mostra a evolução positiva, naquele mesmo período, em países como Brasil, Colombia, Costa Rica, Chile, Nicarágua, Panamá, Paraguá, Peru e Uruguay. Os números são globais para cada um desses países, devendo-se supôr que o exame do processo econômico e social relacionado às circunstâncias regionais permita chegar a conclusões mais efetivas e válidas.

No Brasil, em 1983, o percentual de pessoas ocupadas na agricultura ganhando menos de 2 salários mínimos, era de 58%, enquanto entre os operários da construção civil esse percentual era de 74% e de 79% na prestação de serviços (PNAD, IBGE(1983)

De um modo geral, aliás, no caso brasileiro, a renda média tende a crescer relativamente mais nas áreas rurais que nas urbanas, no país tomado como um todo. a evolução mais nítida é porém, nas áreas de fronteira, seguidas do conjunto dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Tabela 20 Evolução da renda média nas áreas urbanas e rurais entre 1970 e 1980.

	Áreas rurais	Áreas urbanas	Brasil
Sul-Sudeste	135	86	92
Nordeste	107	80	112
Fronteira	149	93	114
Total	126	73	100

Fonte: David Denslow e William G.Tyler, perspectivas on Poverty and Income in Brasil, 4 encontro brasileiro de Econometri, aguas de São Pedro, São Paulo, dec.1982

Quanto, especificamente, ao Estado de São Paulo, já nos anos 70, nota-se uma evolução positiva dos salários pagos em certas atividades rurais no Estado de São Paulo em comparação com o salário mínimo da capital. Em 1970, somente os tratoristas ganhavam mais, em média, que o portador de salário mínimo no município de São Paulo, cujos ganhos, em 1977, eram também, ultrapassados por diaristas residentes e volantes.

Tabela 21 Valor corrente dos salários pagos (por dia)

	1970	1977
Diarista residente	5.14	37.60
Volante	5.65	49.30
Tratorista	6.11	41.38
Salário Mínimo	5.81	25.60

Fonte: SEADE, T. 1/9, 1979

A QUALIDADE DE VIDA NO INTERIOR

Certos índices de qualidade de vida aparecem como melhores no Interior do que na metrópole. No Estado de São Paulo, entre 1980 e 1982, graças, de um lado ao Programa de Desenvolvimento das Cidades Médias e, de outro lado, à modernização da agricultura, à desconcentração industrial e ao aumento da terciarização, as capitais regionais (sedes das 42 regiões administrativas) vêm aumentar mais rapidamente número de ligações residenciais de água, de esgotos e de energia elétrica e baixar rapidamente os coeficientes e mortalidade infantil, ainda que haja situação de desvantagem quanto à disponibilidade de leitos hospitalares.

Para L.F.Telles Claro (1985, p.33) "a canalização de recursos para estas cidades não constitui obra do acaso, mas fazem parte da estratégia do Estado e do Capital Monopolista e, para tanto, necessitam de um planejamento centralizado que coordene a ação dos órgãos setoriais".

Tabela 22

	1980		1982	
	Reg.Met.SP	Cid.Médias	Reg.Met.SP	Cid.Médias
Leitos hosp por 1000 hab.	2.6	4.8	2.9	4.3
ligações água enc.p/hab.	0.15	0.12	0.14	0.19
Ligações res. de esgotos/hab.	0.07	0.09	0.07	0.15
Ligações res. energia elétrica	0.18	0.19	0.19	0.21
Coeficiente de mort.inf.	55.19	43.91	52.65	41.01

Fonte: Perfil municipal, SEADE, vol.1,2 e 3, 1981 e 1983, Luiz Fernando Telles Claro, "Notas para discussão: Região Metropolitana e Cidades Médias no Estado de São Paulo" Revista do SPAM, Ano III n.15, nov.85,pp.32-35, quadro I p.33

Tabela 23 Evolução de certos indicadores escolhidos 1980: índice 100

	1980		1982	
	Reg.Metr.SP	Cid.Médias	Reg.Metr.SP	Cid.Médias
Leitos hosp.p/ 1000 hab.	100	100	111.54	89.58
Lig.res.de água	100	100	93.33	158.33
Lig.res.esgotos	100	100	100.00	166.67
Lig.res.enr.el.	100	100	105.56	110.53
Coef.de mort.inf.	100	100	95.40	93.40

Fonte: L.F.T.Claro, 1985, p.34

As estatísticas vitais favorecem, também, o Interior do Estado de São Paulo, em comparação com a Capital e a Região Metropolitana de São Paulo. Em 1985, a expectativa de vida era de 68.5 no interior é de 67.9 na Grande São Paulo (68,2 no município de São Paulo, tomado isoladamente). Já quanto à probabilidade de morte, ela era maior na Grande São Paulo que no interior para os homens entre 15 e 65 anos, e para homens e mulheres entre 0 e 5 anos. De cada mil nascidos no Interior, eram 30,8 os que morriam antes de completar um ano, esse índice subindo para 53,9 na Grande São Paulo. (Carlos Eugênio Carvalho Ferreira, Revista Conjuntura Demográfica n.9, Fundação SEADE, São Paulo, 1970).

Em 1982, a mortalidade infantil no Estado de São Paulo atinge 47.93%. Mas a diferença é flagrante entre a Grande São Paulo (52,65% e o Interior do Estado (42,76%) (Dados CAR/Sec. Planejamento).

No seu estudo de 1984, Roberto Macedo mostra a incidência da problemática econômica sobre a mortalidade infantil no Estado de São Paulo, e umas das tabelas que organizou deixa ver como a evolução do fenômeno avanta a maior parte das regiões do interior em relação à região metropolitana.

Um outro dado a levar em conta quando se compara a qualidade de vida na Região Metropolitana e no Interior é o relativo às habitações subnormais.

Enquanto na Grande São Paulo, somando-se cortiços, favelas e outras formas inferiores de residências, o percentual facilmente ultrapassa 25%, a proporção de favelados na população urbana foi assim estimada:

Araçatuba.....	2,5%
Campinas.....	7,5%
Jundiaí.....	6,2%
Piracicaba.....	10,0%
São Carlos.....	1,0%
Bauru.....	1,2%
Ribeirão Preto.....	0,5%
São José do Rio Preto.....	0,5%

(M.F.Gonçalves, V.C.Semeghini,p.28)

é igualmente revelador o fato de que as taxas de analfabetismo sejam superiores na Grande São Paulo às registradas (1982) no Interior, isto é, 20,16% e 15,86% respectivamente (para o Estado de São Paulo como um todo o dado é 18%) (Dados CAR-SEC.PLAN.).

No Interior de São Paulo, onde a população considerada urbana de 80,4% supera os 78% dos Estados Unidos e 81% das casas dispõem de energia elétrica, os índices de qualidade de vida podem ser comparados com o de alguns países europeus e com os Estados Unidos. Por exemplo: 4,7% da pessoas sem curso superior completo, enquanto na Áustria esse índice é de 3,3%; 73,6% das casa têm televisão (70% na Alemanha); um em cada quatro habitantes tem automóvel, dado semelhante ao da Itália e o dobro de Portugal; 87,9% sabem ler e escrever, o que é comparável ao percentual espanhol; 66% das residências contam com geladeiras (65% na Espanha); a renda "per capita" de 4000 dólares (a média brasileira é 60% menor) é comparável à da Espanha tomada como um todo, que é de 5.400 dólares (Veja, 22.05.1985).

A comparação entre o que se passa, na Região Metropolitana e em outras regiões (do Interior) do Estado não é desvantajosa para estas últimas no que se refere às pessoas ocupadas que ganham mais de 5 salários mínimos, tanto levando em conta os municípios sede quanto as aglomerações urbanas.

Tabela 24 Percentagem de pessoas ocupadas com mais de 5 salários mínimos

Município		Aglomeraco Urbana
Sorocaba	17,4	16,1
Campinas	21,0	18,14
Jundiaí	19,1	17,3
Santos	30,5	19,8
Taubaté	18,1	17,7
São Paulo	23,5	21,7

Fonte: Indicadores Sociais, 1988, p.41,124,125

Tabela 25 O rendimento médio pode ser mais considerável em alguns municípios do interior que na capital e nas regiões metropolitanas.

Estado de São Paulo

São Paulo	5,0
Santos	5,3
Campinas	4,3
São José dos Campos	4,2

Estado de Minas Gerais

Ipatinga	3,7
Timóteo	4,4
Belo Horizonte	4,2

Fonte: Indicadores Sociais, 1988, pp.41,124,125)

Tabela 26 Rendimento médio (em S.M.) de algumas aglomeraes urbanas e algumas Regiões Metropolitanas

Estado de Minas Gerais

Ipatinga	3,7
Belo Horizonte	3,7

Estado do Rio de Janeiro

Barra Mansa Volta Redonda	3,6
Rio de Janeiro	4,2

Estado de São Paulo

Campinas	4,0
Santos	4,2
São José dos Campos	4,1
São Paulo	4,6

Fonte: IBGE, Indicadores Sociais, 1988,pp.41,124,125

A Involuo Metropolitana: a região cresce mais que a metrópole

Conclusões

A noo de involuo urbana , de certo modo, filiada  idéia de "ruralizao urbana", tratada por diversos autores, como notadamente, Robert's (1978), inspirados, talvez, em uma literatura na qual se destacam Bonilla (1961) e Weisslitz (1971).

Os migrantes se instalariam na cidade, guardando, porém, muitas de suas características rurais, que iriam influir na Economia, na Cultura e no habitat, tese, aliás, contestada, entre outros, por Leeds (1970)

A urbanizao se constituiria, em grande parte, nos países subdesenvolvidos, de "aldeias urbanas" habitadas pelos "rurais da cidade". Mesmo as grandes cidades seriam cidades pré-industriais no dizer de Sjoberg, Gedeon. Essa  uma discussão de certo modo ultrapassada.

A noção de involução urbana, tal como a propuzeram Armstrong e McGee, responde a outras preocupações. Estes não vêm na cidade nenhum dualismo estrutural, mas um organismo unitário, onde a pobreza urbana se explica como consequência do processo de modernização capitalista. Pelo fato de que, nas cidades, diversas atividades crescem ao mesmo tempo em que aumenta o número de pobres, haveria "involução". Essa idéia se aplicaria, então, ainda melhor, às cidades intermediárias, consideradas incapazes de se desenvolver graças ao peso das grandes cidades.

Nos dias atuais, as cidades tocadas pelo processo de modernização agrícola ou industrial típico do período técnico-científico conhecem um crescimento econômico considerável, enquanto é nas grandes cidades que se acumula a pobreza e atividades econômicas pobres, uma reversão em relação ao período anterior. O interior modernizado se desenvolve e as metrópoles conhecem taxas de crescimento relativamente menores. Daí a nossa designação de "involução metropolitana" que, de alguma forma, defronta a antiga noção de "involução urbana".

Tais resultados parecem dever-se à desconcentração de atividades econômicas modernas sobre o território nacional e ao fato de que, como mostramos para o Estado de São Paulo, o crescimento de um bom número de regiões é maior, em termos relativos, que o da Região Metropolitana. Para certas áreas seria, mesmo, difícil empregar o termo de crise, se as pudéssemos considerar de maneira isolada em relação ao país. É, sobretudo, nas grandes cidades onde a crise vai se localizar.

A evidência empírica nos permite falar, no Brasil, de "involução metropolitana" devida, em boa parte, à capacidade de atração dos pobres pela metrópole, onde vêm engrossar uma demanda de empregos formais e de serviços urbanos que a cidade do capital monopolista não atende. A economia urbana se adapta a essa situação, segmentando-se, através do paralelismo de atividades com os mais diversos níveis de capitalização, tecnologia e organização, e criando oportunidades de trabalho que ali não estariam se apenas existissem as empresas modernas.

A involução metropolitana pode ser constatada por, pelo menos, três indicadores: 1) o

produto interno bruto (P.I.N.) cresce menos nas metrópoles que no país como um todo e em certas áreas de sua região de influência; 2) Nas áreas onde o capitalismo amadurece, há tendência à reversão do leque salarial, com certas ocupações menos bem remuneradas envolvendo um maior percentual de trabalhadores na metrópole que no campo; 3) certos índices de qualidade de vida tendem a ser melhores no Interior do que nas Regiões Metropolitanas. Tais tendências se afirmam paralelamente à extensão da pobreza nas áreas metropolitanas, onde aumenta o chamado emprego informal. A metrópole não pára de crescer. Mas outras áreas crescem mais depressa. A metrópole continua o grande pólo econômico, enquanto a pobreza e os problemas correlatos se avolumam.

O fenômeno de involução metropolitana não pode ser confundido com a noção de "ruralização urbana", segundo a qual se acreditava que os urbanos recentemente instalados na cidade guardariam, por muito tempo ainda, comportamentos típicos do mundo rural. Agora, a chamada civilização urbana estende os seus tentáculos a todo o território e, mesmo, uma parcela substancial do êxodo é urbano-urbano.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARMSTRONG, W. (Revolutionary Change and the Third World City: a theory of urban involution".
BONILLA, Frank (Rio's favelas "the rural slum within the city"(1961).
LEEDS, Elizabeth ("Brazil and the myth of urban rurality", in City and Country in the Third World, Sukenkman, Cambridge, 1970).
MCGEE, T.G. ("Revolutionary Change and the Third World City: a theory of urban involution".
JONES, H. (Towns and Cities, 1966)
ROBERT'S BRYAN (Cities of Peasants, 1978)